

Universidade de Brasília
Faculdade de Planaltina - FUP

**INICIATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS INDÍGENAS DO
CERRADO**

Carolina Radica

Brasília

2011

Carolina Radica

**INICIATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS INDÍGENAS DO
CERRADO**

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Gestão do Agronegócio da Universidade de Brasília como requisito obrigatório para a conclusão da disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório sob a orientação da Professora Doutora Mônica Celeida Rabelo Nogueira.

Universidade de Brasília

2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Antonio e Aparecida, aos meus irmãos Marta e Plínio, à minha sobrinha Isabel, ao meu amado Danilo, à minha avó Nahyr, a minha tia Eleni e ao meu primo Pedro.

“Há pessoas que evaporam com o tempo; há outras que permanecem firmes como a rocha. As primeiras são efêmeras, sequer deixam saudade; as outras – à semelhança de vocês – são eternas, pois o amor garante a imortalidade...” (autor desconhecido).

AGRADECIMENTOS

À Deus e à Nossa Senhora das Graças pela luz e graças recebidas.

Aos meus pais, por todo amor e dedicação que sempre tiveram comigo. O mínimo que posso fazer é perpetuar parte de vocês em mim, como forma de reconhecimento pelas suas batalhas nesse árduo caminho marcado pela dedicação exclusiva à família, na qual fizeram e ainda continuam fazendo tudo pelos filhos.

Aos meus irmãos pelo carinho e apoio.

À minha graciosa sobrinha Isabel, pela doçura, alegria e amor que trouxe à nossa família.

À todos familiares que me auxiliaram e torceram para que eu adquirisse vitórias.

Ao meu porto seguro e eterno amado Danilo, pela atenção, apoio irrestrito e amor.

Às amigadas construídas, especialmente à Gleyka.

À professora Mônica Nogueira e à Daniela Lima pela oportunidade, orientação, incentivo e apoio.

EPÍGRAFE

“O valor de todo conhecimento está no seu vínculo com as nossas necessidades, as nossas aspirações e ações; de modo diferente, o conhecimento torna-se um simples lastro de memória, capaz apenas – como um navio que navega sem um peso precioso – de diminuir a oscilação da vida quotidiana.” (*apud* KLIUTCHEVSKI, V.O.; SANTANA, Edison, 2007, p.30)

RESUMO

Com o propósito de difundir as iniciativas econômicas sustentáveis indígenas do cerrado em frente à ocupação desenfreada e a conseqüente devastação somada à pequena incidência de políticas governamentais de suporte a este tipo de exploração, será esclarecido como ocorre a relação entre o Estado nacional e povos indígenas, exposta a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena, descrita e analisada a cadeia produtiva da Terra Indígena Terena localizada no estado de Mato Grosso do Sul, como também esboçará as características e peculiaridades da aldeia.

ABSTRACT

With the purpose of disseminating sustainable indigenous economic initiatives across the cerrado uncontrolled occupation and the consequent devastation coupled with a low incidence of government policies to support this kind of exploitation occurs is unclear how the relationship between the national state and indigenous peoples, exposed the importance of Technical Assistance and Rural Extension Indian, described and analyzed the production chain from Terena indigenous land in the state of Mato Grosso do Sul, as well as outline the characteristics and peculiarities of the village.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Caracterização da Organização	2
1.2 Tema	6
1.3. Objetivos	7
1.3.1. Objetivo Geral	7
1.3.2. Objetivo Específico	7
1.4 Justificativa	8
2. Revisão de Literatura	9
2.1 A Relação entre os Povos Indígenas e o Estado Nacional	9
2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena	12
2.3 Terras Indígenas do Cerrado	14
2.4 Iniciativas Econômicas e Sustentáveis Indígenas Do Cerrado.....	17
2.5 Estudo de Caso: O Povo Terena	17
3. Plano de Atividades	23
4. Metodologia	28
5. Análise	30
6. Conclusões	32
7. Referências	33

1. INTRODUÇÃO

A relação estabelecida entre o Governo brasileiro e a população indígena foi baseada num processo histórico da desenfreada ocupação do território acompanhada de um pensamento enraizado na colonização do Brasil. Seguindo esses preceitos, as ênfases estatais no período do desenvolvimento foram a produção, vendas, riquezas e a geração de lucros. Na qual foi caracterizada pela ausência de distribuição dos benefícios econômicos e pela exclusão do restante da sociedade. (SOUSA, 2010). As conseqüências também chegaram às comunidades indígenas, sendo refletidas na criação das reservas e Terras Indígenas. Já que as mesmas foi um meio para ter maior expansão territorial do Estado, pois as terras demarcadas correspondiam apenas a uma parte do local tradicionalmente ocupado. Além de, supostamente, objetivar a proteção das culturas indígenas. Assim, essas populações ficaram confinadas à redução territorial, ao sedentarismo e a escassez dos recursos naturais. (ARAÚJO, 2010). Ou seja, as iniciativas econômicas e sustentáveis indígenas eram caracterizadas pelo nomadismo, necessitavam de grandes extensões de terras para o uso dos recursos naturais e para a caça. Essa maneira de usufruir do solo e de seus recursos garantia a sustentabilidade do sistema produtivo. Porém, após as demarcações das Terras Indígenas, essa realidade tornou-se ameaçada. Diante de territórios delimitados teve-se a necessidade urgente de adaptar-se ao novo cenário. (BORGES; ROCHA, 2010).

Nessa perspectiva, com o intuito de expor a situação dos indígenas contemporâneos, será descrita as relações estabelecidas entre o Governo e essas populações, assim como a importância da assistência técnica e extensão rural indígena. Por fim, para demonstrar todas essas peculiaridades na prática, será abordada a Aldeia Terena do Mato Grosso do Sul.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Nome da entidade: A Casa Verde - Cultura e Meio Ambiente.

Endereço do escritório: SCLN, 310 Bloco A – Sala 208/ CEP: 70756-510 – Brasília, DF

Endereço da sede: NRLO Rua 10, Chácara 233, Mezanino CEP 73.100-000 – Sobradinho, DF

CNPJ: 04.377.324/0001-02

Telefone: (61) 3037-7790

Site: <http://www.a-casa-verde.org.br/>

Nome do responsável: Carlos José Machado Menezes

Diante de um contexto marcado por um Estado que ignora as demandas sociais, surgem outras opções fora do campo governamental. Uma dessas alternativas é a organização não governamental (ONG). As ONGs se dedicam exclusivamente às causas e problemas sociais e ambientais, portanto não objetivam em hipótese alguma o lucro. A gestão é de suma importância para sua sobrevivência devido aos desafios oriundos não somente do fato de estarem atreladas a pensarem no futuro, mas também quando os recursos se tornam escassos. No Brasil, têm crescido o número de ONGs. Principalmente após as desastrosas conseqüências geradas pelo tipo de desenvolvimento dos últimos 50 anos (TENÓRIO, 2005).

Desse modo, segundo A Casa Verde - cultura e meio ambiente (2009), a entidade foi fundada em 2001 por um grupo de profissionais com formações diversas. Inicialmente tinham o propósito de combater à desertificação e desenvolver experiências de convivência com a seca, no semi-árido brasileiro. No que diz respeito à questão socioambiental, a ONG desenvolveu atividades no Cerrado, voltadas para a promoção da participação social, o fortalecimento de questões institucionais e do empoderamento da população indígenas, povos tradicionais e outros grupos de base comunitária. A partir de 2007, a entidade redefiniu sua missão para a integração da valorização da cultura popular, a promoção da equidade de

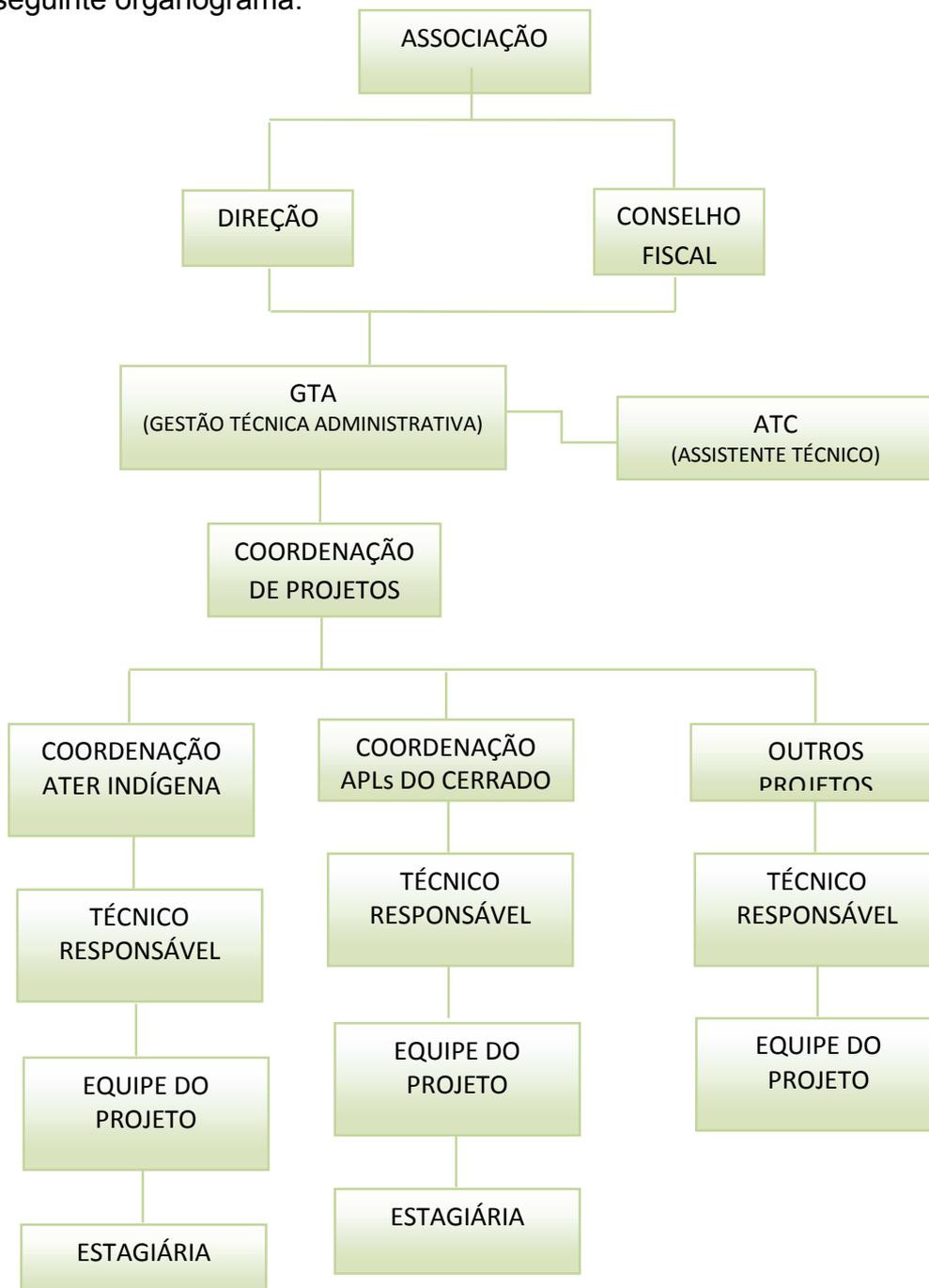
gênero e a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos. Anteriormente, era definida como a gestão de informações e conhecimentos para um futuro sustentável. Assim, passou a ter o meio ambiente, cultura popular, gênero e populações tradicionais como suas quatro linhas programáticas.

A entidade integra a coordenação da Rede Cerrado, apoiou a criação e assessorou a Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC e é parceira na Licenciatura Indígena da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além do desenvolvimento de metodologias participativas, implementou vários projetos, como Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) I, II e III. Este projeto orientou-se para articulações políticas, planejamento de ações conjuntas e consolidação desse processo coletivo político. Outro projeto, que será destacado, refere-se às Iniciativas Econômicas e Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado, no qual tem como objetivo geral o intuito de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural aos Povos Krahô (TO), Xerente (TO), Terena (MS), Xavante (MT), sendo realizado, de forma participativa, diagnósticos e Planos de Melhorias das iniciativas econômicas sustentáveis dessas populações indígenas. Portanto, possui três etapas: a instalação do Conselho Gestor, diagnóstico das iniciativas e o fortalecimento da Rede de ATER indígena no Centro-Oeste. Os objetivos específicos do projeto dizem respeito ao aprimoramento das iniciativas econômicas sustentáveis nas Terras Indígenas (TIs), o fortalecimento das organizações indígenas, busca de mercado para a aquisição dos produtos, desenvolver e promover intercâmbio entre as experiências, gerar subsídios técnicos, incentivar e ampliar as iniciativas econômicas, influenciar e sensibilizar órgãos governamentais e, por fim, fornecer uma visibilidade mais ampla do Cerrado e seus povos. (A Casa Verde, 2009).

O projeto Iniciativas Econômicas e Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado surgiu através de uma relação estreita com a Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC), no qual A Casa Verde abrigava o projeto que foi responsável pela origem do MOPIC. Entretanto, o fator de peso foi a demanda dos indígenas na área econômica. Pois desejavam uma maior inserção no mercado e o fim do nicho indigenista, que os levavam ao isolamento. Neste período, a entidade já estava desenvolvendo o projeto Arranjos Produtivos Locais (APLs), no qual é apegado na Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar. Assim,

a Casa Verde adaptou a metodologia e lições do APLs e os trouxe pro campo indigenista. Então, a partir de 2004, passou a assumir o trabalho com o foco nos povos e comunidade tradicionais do cerrado num plano federal. Isto é, pensando no bioma como um todo para que possa ter uma articulação mais ampla. (Grupo Focal, 2011).

A entidade possui consultores e colaboradores, dos quais não existe vínculo empregatício. A estrutura organizacional é composta pela associação, diretoria, conselho fiscal, gestão técnica administrativa (GTA), assistente técnico (ATC), coordenação de projetos, coordenação de um projeto específico, técnico responsável pelo projeto, equipe do projeto e, por fim, a estagiária. Como demonstra o seguinte organograma:



Especificadamente, a estagiária do Projeto Ater Indígena fornece assistência. Na medida em que sistematiza informações, realiza telefonemas e monitora os agentes indígenas no decorrer do projeto.

Em suma, A Casa Verde - cultura e meio ambiente está fortemente orientada para a defesa e valorização da diversidade cultural e ambiental. Na qual produz conhecimento pertinente aos povos indígenas, populações tradicionais e grupos de base comunitária. (A Casa Verde, 2009).

1.2TEMA

A população indígena enfrenta inúmeras dificuldades quando se trata da manutenção de suas iniciativas econômicas sustentáveis. Essa situação é gerada pela ignorância por parte da sociedade, principalmente de gestores governamentais, que pela ausência informações sobre as diversidades deste povo, não os reconhecem e pouco sabem sobre o real cenário indígena no país. Em decorrência do senso comum baseado no colonialismo, surgem problemas quanto às concepções errôneas, interferência no protagonismo indígena e reflete na má formulação de políticas públicas.

Portanto, como uma das desastrosas conseqüências, não permite a ocorrência de forma efetiva da Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena. Já que não se tem o reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais. Além de não prezar o diálogo baseado na igualdade de discursos. (ARAÚJO, 2010).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Realizar o levantamento e sistematização de informações acerca das iniciativas econômicas sustentáveis nas terras indígenas do cerrado. Sendo contextualizado no estudo de caso do Povo Terena.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as relações entre o Estado e a população indígena, conseqüentemente, os seus reflexos.

Demonstrar a importância da assistência técnica e extensão rural indígena na manutenção da sustentabilidade econômica frente à ocupação dos territórios nacionais e, por seguinte, à devastação.

Destacar as características, peculiaridades da Terra Indígena Terena localizada Mato Grosso do Sul, dando enfoque sistema produtivo dos artesanatos.

Incentivar o espírito crítico quanto às concepções do senso comum sobre o povo indígena.

1.4 JUSTIFICATIVA

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, sendo superado em área apenas pela Amazônia. Ocupa 21% do território nacional, compreende grande parte do Planalto Central, precisamente os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e DF. Devido à destruição contínua e acelerada de seus ecossistemas, a cobertura vegetal original representa atualmente apenas 20%. Nesta parte mais conservada do bioma, encontra-se povos e terras indígenas. Nos quais estão sendo ameaçados pelo avanço da fronteira agropecuária e projetos de infra-estrutura voltados para exploração e o escoamento dos produtos agropecuários. Então, diante da ocupação desordenada e predatória ao redor das Terras indígenas, a sobrevivência física e cultural fica em situação de risco. Alguns indígenas enxergam como resolução desse problema o arrendamento de suas terras, outros procuram alternativas de produção sustentável. (A Casa Verde, 2009) Soma-se a esta problemática a ausência de conhecimento e reconhecimento por parte da sociedade à cerca dos povos indígenas.

Esta realidade indígena é pouco conhecida pelo gestor do agronegócio, justamente pelo fato do curso se distanciar bastante deste tema. Entretanto, existe um potencial muito grande deste profissional apoiar e fortalecer as iniciativas econômicas sustentáveis indígenas. Pois, possui habilidades e competências preciosas tanto no âmbito econômico, de comercialização, logística, de planejamento e entre outros.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A RELAÇÃO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS E O ESTADO NACIONAL

Para compreender melhor a situação dos povos indígenas contemporâneos no Brasil é preciso conhecer os traços do caminho percorrido, no que tange às suas relações com o Estado.

Então, de acordo com Lima (2010), ocorreram diversas mudanças na maneira em que o Estado Nacional e os povos indígenas se interagem, que vão variar de acordo com o tipo de governo vigente: regime republicano, década de 50, militarismo, período de 80, governo do Fernando Henrique e, por fim, Luís Inácio Lula da Silva.

No regime republicano foi criado Serviço de Proteção aos Índios (SPI) devido aos vários conflitos resultantes das invasões das terras indígenas advindos da expansão e atividades econômicas. Além da iniciativa estatal Comissão Rondon, que possuíam o intuito de formar os índios em “cidadãos brasileiros”, na qual incluíram no Código Civil Brasileiro o regime tutelar sobre os povos indígenas. Dessa maneira, monopolizou quaisquer relações indígenas e os destituía pensando-os como um coletivo transitório.

Em 1950 o SPI somou-se a uma visão mais antropológica social e cultural. Neste período, participou da Convenção 107 sobre a “Proteção de populações indígenas e tribais”, na qual a ratificação ocorreu somente no final de década de sessenta. Teve-se também a criação de três parques indígenas ou terras indígenas, merecendo destaque o Parque do Xingu. Ao final dos anos de 1950, o SPI tornou-se espaço de barganhas políticas, tendo como resultado corrupções e desmandos.

Na época da ditadura militar o SPI foi extinto e sucedido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que possuía o monopólio do exercício tutelar dos povos indígenas. Porém ficou engajada somente na expansão sobre a Amazônia e nos planos desenvolvimentistas. Em 1973, paradoxalmente, foi aprovado o Estatuto do Índio que permitia a luta pelo direito às terras diante à expansão na Amazônia. Sob pressões internacionais e com a ameaça de corte de recursos, o regime militar

permitiu em alguns momentos a participação de antropólogos na FUNAI. Muitos criaram e instalaram-se em ONGs, que dentre o período de 1978-1980 possuíam perfis diferentes e, devido a isso, tomaram rumos distintos.

A partir de 1970, os indivíduos indígenas específicos se projetaram no cenário e nacional e internacional. Mas foi na Constituição de 1988 que obtiveram uma grande vitória no tocante do reconhecimento de seus direitos, fornecendo um horizonte de construção de outras práticas administrativas. Conseqüentemente, eliminou a necessidade da tutela através do novo Código Civil brasileiro nos anos de 2002. Somente em 2002, o Congresso Nacional Brasileiro ratificou a Convenção 169, o que significou avanço às lutas indígenas, principalmente no que tange ao direito das coletividades indígenas a se autodefinirem como tais.

No cenário pós-constituente, ocorreu a proliferação de associativismo indígena. Sendo responsáveis, conjuntamente com alterações ocorridas na administração pública, pela eliminação do monopólio tutelar do Estado. Nas gestões de Fernando Henrique Cardoso foram adotadas ações extra-FUNAI, porém não obtiveram êxito devido à sua má implementação. Neste governo algumas OIs e muitas ONGs indigenistas adquiriram maior participação em ações de implementações públicas, porém deixaram de exercer o papel crítico e orientaram-se processos burocráticos de ações estatais.

Pode-se destacar também a ocorrência de um número absurdamente crescente de OIs que se deu em 1990, nas quais lutavam pelos direitos territoriais e contavam com o apoio de agências de fomento e cooperação. Essas agências foram de suma importância na medida em que doavam recursos aos povos indígenas mediante projetos.

No contexto do governo de Lula, os indígenas obtiveram grandes frustrações, especialmente no seu primeiro governo. Marcado por uma ausência de interlocuções efetivas com os povos indígenas e pela questão de evitar a criação de um conselho propositor e deliberativo para as políticas indigenistas, que ainda não foi aprovado. Mas em 19 de abril de 2007, após pesadas reivindicações, criou-se uma Comissão Nacional de Política Indigenista. No segundo governo, mudou-se o tipo de relacionamento. Onde, foi permitida a escolha da presidência do órgão. O presidente foi o antropólogo Márcio Meira, que buscou a resolução dos problemas fundiários

indígenas e a articulação com outros ministérios, além do contexto da Amazônia. Afim do fortalecimento da FUNAI, a primeira mudança foi a redefinição de seu papel. Entretanto, o governo de Lula, estava focado com seus grandes planos de crescimento econômico do país, como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e deixou de lado o rumo das questões indígenas.

Assim, pode-se destacar que foi de suma importância a conquista adquirida na Constituição Federal de 1988 em detrimento do modelo tutelar instituído baseado em preceitos coloniais. De acordo com Peraci (2010), outro marco foi a Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007. Através dela teve-se o reconhecimento e foi estabelecido internacionalmente os direitos fundamentais indígenas. Especialmente no que diz respeito ao direito dos povos indígenas de manter e desenvolver seus sistemas políticos, econômicos e sociais. Além de possuir o direito de propriedade sobre seu território devido à forma tradicional de ocupação. Diante deste cenário, também é definido que o Estado deve reconhecer e garantir o direito à conservação e defesa do meio ambiente e de suas capacidades produtivas e recursos. Para isso, o Governo deve estabelecer e executar programas de assistência. Dessa maneira, o Ministério do Desenvolvimento Agrário financia projetos de assistência técnica e extensão rural indígena, dos quais são oriundos de órgãos governamentais e organizações não governamentais.

Porém, deve-se considerar que os povos indígenas ainda não estão presentes de forma significativa da consciência dos políticos e no senso comum brasileiro. Vale ressaltar que, apesar de estarem sempre presentes no cenário político nacional, os avanços do movimento indígena ainda são contraditórios, segmentados e incoerentes. (LIMA, 2010). Pois enfrentam dificuldades, tais como a o fato da possível participação ser limitada devido aos temas complexos nos debates e o tempo reduzido para isso, além da forte interferência de interesses políticos das autoridades. Em decorrência disto, tem-se a necessidade de uma participação indígena mais qualificada e estar identificando possíveis aliados com o intuito de fortalecer as iniciativas de estímulo ao diálogo e empoderamento. (ALMEIDA, 2010). Assim, os povos indígenas começam a ter uma preocupação na formação e capacitação dos jovens para se tornarem mediadores políticos e administrativos de suas comunidades. (PAULA, 2010). Então, pode-se perceber que

a participação indígena ainda não é a desejada. Mas, na medida em que se tornarem mais qualificados serão mais críticos e poderão exigir uma relação diferente com o Estado.

Portanto, a construção e implementação de políticas públicas possuem dificuldades de serem eficientes e eficazes. Devido ao fato do Estado não ter primazia com a questão indígena. Pois, não respeita e não atende essa diversidade na medida em que realiza políticas públicas de uma forma única para todos. Na verdade, existe uma necessidade de políticas públicas específicas para os povos indígenas. Mas, para isso é preciso quebrar a resistência por parte do Estado em construir essa política positiva, realizar ações de maneira extremamente articuladas com os ministérios, além de priorizar o diálogo. (PAULA, 2010).

2.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL INDÍGENA

A Revolução Verde, conhecida como a “modernização conservadora” da agricultura, culminou no avanço do agronegócio, na pressão fundiária e graves problemas socioambientais. Neste cenário, os indígenas passaram a ser afetados por todos esses entraves que interferem de forma significativa seus modelos de desenvolvimento rural sustentável. (ARAÚJO, 2010).

Diante dessas necessidades atuais de sustentabilidade das Terras Indígenas, a Assistência Técnica e Extensão Rural Indígenas, conhecida como ATER Indígena, surge como um instrumento eficiente para reverter esses quadros de insegurança alimentar, degradação ambiental e dependência econômica. (ARAÚJO, 2010).

Ressalta-se que a assistência técnica e extensão rural é tida como um direito do índio, assegurado pelas legislações, e cabe ao Estado – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – promovê-lo juntamente com os povos indígenas. (ARAÚJO, 2010)

A ATER Indígena teve sua origem na coordenação da Assessoria Especial de Gênero Raça e Etnia (AEGRE), que é ligada ao gabinete do Desenvolvimento Agrário, inserido no Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE). Sendo que em 2008, retirou-se da AEGRE e inseriu-se na Secretaria da

Agricultura Familiar (SAF), especificadamente no Núcleo de ATER Indígena. (FERRARI, 2010).

O conceito de ATER Indigenista ainda está em construção. Entretanto, de modo geral, orienta-se por um esforço de dialogar localmente com os povos indígenas, aprender a lidar e, principalmente, reconhecer as diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais. Além de existir sempre entre as partes o diálogo baseado na igualdade de discursos. (ARAÚJO, 2010). Pois, de acordo com Freire (1983), para alcançar os resultados/mudanças através da extensão é preciso que esta se baseie no diálogo. Na qual que toda ação do educador volta-se para a mudança de consciência do índio, tornando-o livre e participativo, e conseqüentemente inserindo-o em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação.

Ciente dessa necessidade de diferenciação para com os povos indígenas, a partir de Araújo (2010), a ATER necessária aos povos indígenas é baseada em três eixos norteadores: processo produtivo, diálogo intercultural e por fim, o fortalecimento cultural e territorial. O processo produtivo trata-se do apoio e acompanhamento técnico aos processos produtivos da população indígena, onde poderá dialogar sobre tecnologias apropriadas e ambientalmente sustentáveis que estejam de acordo com a valorização do conhecimento e técnicas tradicionais. Procurando ao máximo, através de alternativas locais, diminuir a dependência de insumos externos à aldeia. O eixo diálogo intercultural, volta-se para o escoamento, distribuição e comercialização da produção. Para isso, é destacada a formação e capacitação dos indígenas e de suas organizações para compreender a lógica do mundo externo a eles. O terceiro eixo, fortalecimento cultural e territorial, evidencia os valores e visões de mundo da população indígena na ATER e possui ações voltadas à gestão e ao controle territorial, já que o território é de suma importância para a realização culturalmente.

Então, através desses três eixos é possível consolidar “uma ATER Indígena diferenciada e qualificada que atenda às condições socioculturais e econômicas dos diferentes povos”. (FERRARI, 2010, p.114).

2.3 TERRAS INDÍGENAS NO CERRADO

Para compreender melhor os inúmeros problemas pelos quais os povos indígenas do Cerrado enfrentam, será importante o conhecimento prévio acerca da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC). Assim como a história da ocupação deste bioma.

A MOPIC trata-se de um movimento político no qual objetiva mostrar os problemas advindos da crescente ampliação do agronegócio e da construção de barragens, que se refletem no desmatamento do cerrado brasileiro e, por conseguinte, em efeitos nocivos aos territórios indígenas. Portanto, possui a finalidade de promover a articulação política que garanta os direitos dos Povos Indígenas do Cerrado. (MOPIC, s.d.). O desdobramento do MOPIC teve início com os movimentos indígenas dos Povos Xavantes e Krahô, que reivindicavam contra o foco governamental na Amazônia. Em 2006 os Povos Terenas também ingressaram no grupo, pois são aqueles que mais sofrem com essa ausência de atenção para os povos indígenas do cerrado. Os Terenas estão numa área de transição, sendo assim estão inseridos em dois biomas que é o cerrado e pantanal. A questão fundiária desses povos indígenas é pesada. Ainda se soma o fato de serem populosos diante de áreas tão pequenas. É sabido que o processo de demarcação de suas terras é bastante antigo, cerca de vinte anos atrás. Porém, foi somente em 2007 que o governo deferiu os terrenos indígenas. Onde, foram declarados aproximadamente trinta e seis mil hectares, dos quais estão todos ocupados por grandes fazendeiros. Nesse contexto, a FUNAI desempenha a função de avaliar o terreno ocupado pelos fazendeiros e pagá-los. Mas, os mesmos não estão dispostos a aceitar o valor contabilizado por ser considerado injusto, o que não torna o processo viável. (Grupo Focal, 2011).

Portanto, o conflito nas terras dos Terenas é constante. Tanto que no ano de 2010, devido à lentidão do processo de retirada dos fazendeiros de seus territórios, os indígenas ocuparam a fazenda do ex-governador do Mato Grosso do Sul para realizar suas plantações. Entretanto, a Polícia Federal aliada ao ex-governante os retiraram de maneira brutal e desastrosa. A relação é tão tensa que em 2011 os fazendeiros foram co-atores do incêndio de um ônibus escolar, no qual transportava crianças terenas. O resultado foram duas mortes e uma jovem ficou desconfigurada

com oitenta por cento do corpo queimado. Além do fato dos fazendeiros assassinos terem permanecidos na impunidade. Já que todos amparos jurídicos e instituições estão em consonância com os fazendeiros, isto é, contemplam uma política anti-indígena. Diante disto, em 2007, foi realizado o primeiro grande encontro da MOPIC nas terras dos Terenas. No qual objetivaram chamar a atenção para a questão da ocupação ilegal de suas terras e explicitar que o governo do Mato Grosso do Sul não os apóiam e muito menos os valorizam. (Grupo Focal, 2011).

É sabido que a situação atual é decorrente de um processo histórico de ocupação desse bioma. Assim, desde 1980, o Cerrado está inserido em programas governamentais orientados para a ocupação do bioma exclusivamente no âmbito do setor agrícola e hidroelétrico, através de incentivos fiscais, isenção fiscal e baixo custo da terra. Nesse âmbito, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) teve grande importância nesse processo na medida em que trouxe tecnologias que foram capazes de corrigir o solo e permitir uma produção de grãos em grande escala. Então, o Cerrado é o local onde predomina o agronegócio e as transnacionais Bunge, Cargill e ADM. Além da nacional Amaggi, na qual o proprietário é o atual governador do Mato Grosso. Juntas detêm o mercado produtor de soja e causam nocivos reflexos sociais, culturais e ambientais às Terras Indígenas do Cerrado. (MOPIC, s.d.). Nesse sentido, se a taxa anual de desmatamento permanecer ou aumentar de 1,5 ou 3 milhões de hectares o cerrado brasileiro tenderá a desaparecer até 2030. (*apud* Conservacion Internacional; MOPIC, s.d.).

Diante do contexto da política desenvolvimentista de ocupação do Cerrado, inúmeros territórios indígenas não foram devidamente regularizados e ainda se encontram em processo de demarcação paralisados. No qual compromete as questões ambientais, causa insegurança e conflitos com a área governamental, política e empresarial. Entretanto, as terras indígenas demarcadas e homologadas também possuem dificuldades a serem enfrentadas, como ameaças, pressões e invasões de grandes fazendeiros e madeireiros. (MOPIC, s.d.). Somente no ano de 2007 foram assassinados 28 líderes indígenas Guarani Kaiowa do estado do Mato Grosso do Sul. Os mesmos foram mortos por grandes fazendeiros na tentativa de retomar seus territórios. Na luta por seus direitos, inúmeros índios são presos e não

possuem assistência jurídica e apoio de instituições locais, devido ao fato de estarem vinculados aos fazendeiros da região. (MOPIC, 2007).

Também se pode destacar o estado do Mato Grosso devido à grande incidência de indígenas no país, porém, de forma paradoxal adota a política desenvolvimentista baseada na produção de grãos. Assim, o governo mato-grossense não permite o diálogo com as populações indígenas quando se trata de fatores ambientais e fundiários. (MOPIC, s.d.).

Especificadamente no Mato Grosso do Sul, está prevista a construção de 43 usinas para a produção de biocombustível. Portanto, agravando a marginalização dos povos indígenas deste estado. Isto é, terá uma incidência maior de trabalhadores escravos indígenas, alcoolismo e uso de drogas, prostituição, agravamento da questão da saúde, suicídio juvenil, devastação e despejo de seus territórios, além de afetar de forma negativa nas suas culturas. (MOPIC, 2007)

As hidrelétricas construídas nas proximidades de seus territórios também são uma ameaça para os povos indígenas, na medida em que prejudicam seus modos de vida. Isso devido à enorme redução do estoque pesqueiro. O processo a construção das barragens é tido como ilegal, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, pois os povos indígenas não foram previamente consultados. Como um agrave ainda maior, deve-se destacar que esses empreendimentos pertencem ao governador do Mato Grosso Blairo Maggi, o mesmo que possui a empresa Amaggi. (MOPIC, s.d.)

Em suma, os povos indígenas do Cerrado não possuem o reconhecimento de suas riquezas e relevância sociocultural e ambiental do bioma Cerrado. Já que se tem a ausência de informações e visibilidade a cerca desses povos e do Cerrado. (MOPIC, s.d.). Infelizmente, a situação torna-se mais crítica quando o governo não age de maneira parcial e, principalmente, de acordo com as legislações vigentes. Como foi possível verificar de forma escancarada nos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

2.4 INICIATIVAS ECONÔMICAS E SUSTENTÁVEIS INDÍGENAS DO CERRADO

Foi a partir de 1964, através da implantação do pacote tecnológico da revolução verde, surgiram os primeiros cultivos de soja. O cerrado, principalmente Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso, foi incluído nesse processo de monocultura do grão na década de 1980. Em um período de 25 anos (1978 a 2003) a área de cultivo de cinco mil hectares passou para cinco milhões de hectares, o que ocasionou uma imensa devastação no bioma marcada pelo desrespeito para com as legislações de preservação ambientais. Assim, as terras indígenas do Mato Grosso, como também de Tocantins e Maranhão, ficaram ilhadas e sofrem as conseqüências da contaminação hidrográfica e do solo, perda da biodiversidade, além dos efeitos danosos dos agrotóxicos sobre a saúde das populações vizinhas aos campos de cultivo de soja. (GOMIDE; KAWAKUBO, 2006).

Então, com a ênfase na região central do Brasil, deve-se destacar o Projeto Ater Indígena – “Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado” proposto e implementado pela organização não governamental A Casa Verde Cultura e Meio Ambiente, que visou à realização do diagnóstico das iniciativas econômicas sustentáveis nas Terras indígenas Krahô (TO), Xerente (TO), Xavante (MT) e Terena (MS), com o intuito de propiciar suporte técnico e ações que garantam o fortalecimento institucional dessas organizações indígenas.

Essencialmente baseado no Diagnóstico realizado pela antropóloga Daniela Lima, que foi resultante do Projeto acima descrito, em seguida, será apresentado o estudo de caso das iniciativas econômicas sustentáveis do Povo Terena do Mato Grosso do Sul.

2.5 ESTUDO DE CASO: O POVO TERENA

Será enfocada as iniciativas econômicas sustentáveis do Povo Terena, no sentido de destacar a situação dos povos indígenas situados no Mato Grosso do Sul, dos quais são considerados como os mais oprimidos e desrespeitados no âmbito governamental. (MOPIC, s.d.). Os terenas estão numa situação mais crítica

de vulnerabilidade dentre os quatro povos assistidos pelo projeto Iniciativas Econômicas Sustentáveis Indígenas. Justamente por possuir um território diminuto frente a uma questão fundiária pesada, que interfere de maneira desastrosa na subsistência de seu povo. Ainda mais quando se tem políticas públicas que favorecem somente o bioma Amazônia em detrimento do Cerrado. Apesar de se caracterizarem por produções bem definidas, estarem próximos da cidade, dominarem o idioma português e terem um forte processo de escolarização, ao mesmo tempo possuem dificuldades de inserir no mercado. (Grupo Focal, 2011).

O Povo Terena, assim como todas as populações indígenas sofreram drasticamente com a situação de confinamento que lhes foram impostas através da criação das reservas indígenas. Segundo Azanha (2005), a partir da década de 1920, foram consolidadas as reservas indígenas e com elas a perda da autonomia política e da auto-suficiência econômica. Em 1918, o SPI instalou seu primeiro posto indígena em Terena na aldeia Cachoeirinha. Seu objetivo inicial era de fornecer uma “proteção” pregada por Rondon, que rapidamente transformou-se em imposição política baseada numa estrutura de poder colonialista. A imobilização interna de força de trabalho pelos encarregados do posto indígena era uma maneira de torná-la disponível ao mercado externo e de confiná-la aos limites da reserva. Não sendo o suficiente, partiram para a perseguição e opressão. Entretanto, os Terenas continuavam a desrespeitar a restrição do seu território, pois pescavam e caçavam em áreas vizinhas que consideravam suas. Dessa maneira, combinando a exploração de terrenos vizinhos e com o êxodo urbano controlado, conseguiram o equilíbrio sócio-econômico dentro das reservas. Mas, a partir de 1980, a situação mudou. Devido aos limites de produtividade advindos de uma maior consistência da demarcação da reserva e a conseqüente incapacidade de ter uma nova área de lavoura para um jovem recém-casado que traria mais membros para a população indígena. Assim, os Terena passaram a ter elevadas taxas de ocupação e de migração. Revelando que a condição de reserva não propiciou uma produção que fosse capaz de gerar renda e subsistência para o povo indígena.

“Os Terena falam uma língua da família lingüística Aruak e descendem dos famosos Txané-Guaná dos cronistas setecentistas”. (AZANHA, 2005, p. 14). Atualmente, vivem na Terra Indígena Cachoeirinha, localizado em Mato Grosso do

Sul, sendo composto pelas aldeias Cachoeirinha, Babaçu, Lagoinha, Morrinho e Argola. Os indígenas contabilizam aproximadamente seis mil moradores e detêm cerca de dois mil hectares. As aldeias possuem associações indígenas, que estão irregulares ou inativas devido à ausência de assessoria e capacitação de seus membros. Além de usufruírem de energia elétrica e orelhões. Já em relação às iniciativas econômicas desta população indígena, são exímios agricultores e produtores de cerâmica e cestos. (LIMA, 2010).

Os Terena são engajados na lavoura. Entretanto a renda obtida não é o suficiente para sua manutenção durante o ano. A média de membros deste grupo social é de 05 pessoas que são capazes de cultivar numa área menor que 01 hectare. A produtividade média é de 25 sacos de feijão, 12 de milho, 120 kg de mandioca e 15 sacos de arroz. O preço médio, com base na cidade de Miranda, é em torno de R\$ 50,00 por saca de feijão, R\$ 12,00 para o milho, R\$ 30,00 para o arroz e R\$ 3,00 para o kg de mandioca. Assim, a renda média mensal é de 203,60. Fica clara a necessidade, por parte dos jovens, da procura por emprego externo. Porém, a disputa por emprego na cidade é cada vez mais limitada, pois exigem competências técnicas das quais não foram oferecidas aos povos indígenas. A Cachoeirinha possui cerca de 10% da população da aldeia – sede que possui no mínimo um filho subempregado na área urbana. A maior incidência é na capital Campo Grande. Também entra em destaque a participação feminina na melhoria da renda familiar, por meio da atividade de serviços domésticos nos centros urbanos e do artesanato. O artesanato, por sua vez, enfrenta a limitação do mercado, que não é incentivado pelo governo. (AZANHA, 2005). Além de ser caracterizado por uma significativa produção, pela ausência de agregação de valor ao produto final, pela dificuldade de escoamento e pela escassez de matéria-prima que está relacionada à questão fundiária. (LIMA, 2010).

Direcionando o assunto para o artesanato, pode-se destacar a produção de cerâmica. De acordo com Lima (2010), o sistema produtivo da cerâmica contempla quatro etapas, que são os insumos, manufatura, armazenagem e, por fim, a distribuição e comercialização.

Na primeira, as matérias primas envolvidas correspondem a três tipologias de argila, uma responsável pela forma, outra para o acabamento e argila branca para a pintura decorativa. Além das lenhas. Os locais de coleta são poucos e não existe uma devida preocupação com a preservação desses locais, o que agrava o problema da escassez de insumos. Além da dificuldade de deslocamento devido à longa distância, ao peso e a ausência de um transporte.

A manufatura tem início com a mistura de argila com a “arakuke”, que são fragmentos de cerâmicas de má qualidade. Posteriormente, num período de trinta minutos, essa mistura toma forma através do trabalho manual das artesãs. Com a ajuda de uma colher alisam a peça enquanto úmidas, que em seguida é colocada para secar por mais trinta minutos. Depois, é preparada a mistura pastosa de argila vermelha com água, que é passada na peça confeccionada três vezes. Após trinta minutos é alisado com uma pedra com o intuito de obter um aspecto brilhoso e pintado com a argila branca ou outra mais escura utilizando um pedaço de pau. Ao final do processo, leva-se ao fogo. Deve-se ter cuidado quanto à intensidade do fogo e se a peça esta sendo queimada de forma igualitária para que não afete na sua qualidade final. Nesta parte, as índias colocam suas visões em risco devido à proximidade com as chamas e à ausência de materiais de proteção individual. A estrutura sob o fogo é precária, sendo composta por uma roda de bicicleta e tijolos.

A armazenagem do produto final, por se tratar de uma peça frágil e que não deve ser mantido sob o sol e umidade, é embrulhado em jornais ou papéis bobina e colocado em caixas de papelão. Por fim, são guardados nas próprias residências das artesãs.

Na última etapa, distribuição e comercialização, a cerâmica é vendida de duas maneiras. A primeira diz respeito à venda ao Centro de Referência da Cultura Terena gerido pela prefeitura de Miranda. A renda mensal obtida pela venda ao Centro é de R\$ 20,00 a 30,00 por artesã. A outra opção é a venda em Campo Grande através do deslocamento das próprias índias, que permanecem em torno de um mês fora da aldeia.

De acordo com a Figura 1, a cadeia produtiva da cerâmica pode ser sintetizada da seguinte forma:

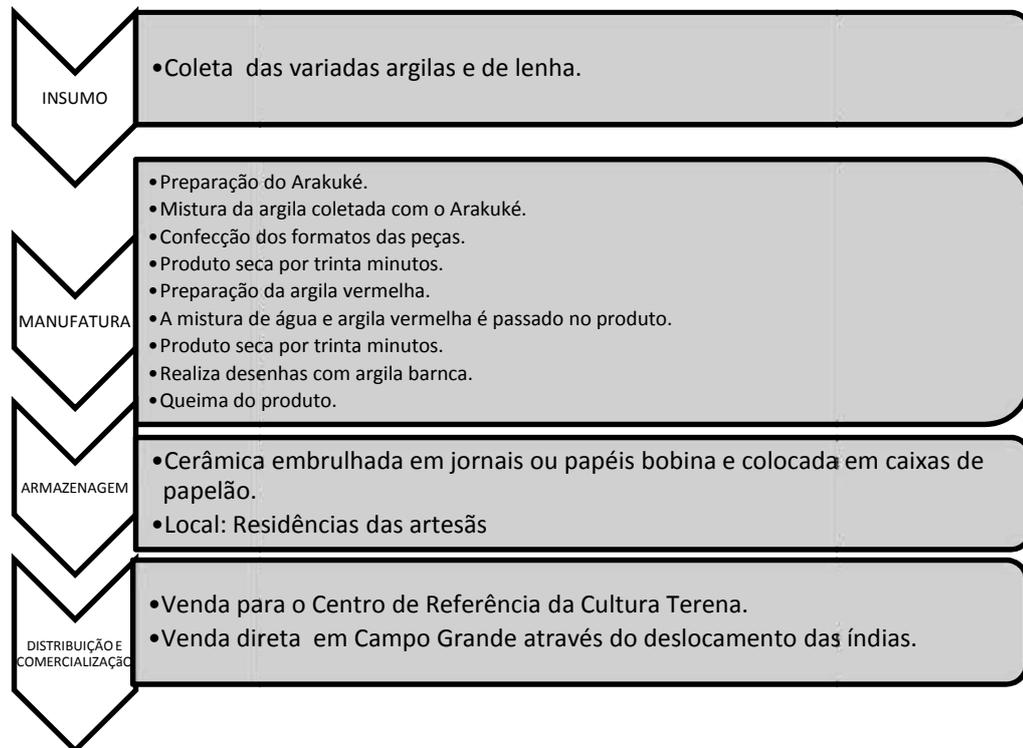


Figura 1. Cadeia Produtiva da Cerâmica.

Fica de fácil percepção que a distribuição e comercialização é a parte mais delicada de todo o sistema produtivo. Pois, existe uma ausência de divulgação e valorização da cerâmica produzida pelos Terena. Estratégias devem ser criadas no sentido de agregar valor aos produtos e, ao mesmo tempo, buscar consumidores que reconheçam as peculiaridades históricas e sócio-culturais embutidas nesse produto advindo de uma cadeia sustentável indígena.

Tal projeto, dentro do diagnóstico realizado da iniciativa econômica sustentável da Terra Indígena dos Povos Terena, levantou as demandas que possivelmente poderiam ser atendidas. Assim, está incluso na listagem a compra de equipamentos, aquisição de carroça com animais a fim de buscar a matéria prima, a contratação de um agrônomo, a articulação com as redes de Economia Solidária do Mato Grosso com o intuito de participar em feiras estaduais e nacionais, realização de catálogo para divulgar os produtos, a assessoria para elaboração de projetos novos e a criação de website para tornar a cerâmica mais visível. Infelizmente, a construção do Centro Comunitário, a compra de gado e aquisição do trator não

podem ser advindos pelo projeto. (LIMA, 2010). Devido a problemas burocráticos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, teve-se uma paralisação no projeto. No qual foi resultante da falta de disponibilidade de um integrante - Povo Xavante. Isso porque eles estavam envolvidos num grande estudo de impactos de hidroelétricas sobre suas terras e tiveram a necessidade de se retirarem do projeto. Por sua vez, o governo não considera imprevistos e imediatamente cancelou as verbas. O processo ainda está em negociação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Entretanto, A Casa Verde tem tido esforços no sentido de encontrar outras maneiras de apoiar os índios terenas. Como o auxílio para a participação na VIII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA e a realização do Projeto da Farinheira. Além de integrá-los nas Feiras Indígenas no Mato Grosso do Sul e fortalecer as estratégias internas de negociação. (Grupo Focal, 2011). Como exemplo, tem-se o I Seminário Estadual de Economia e Comercialização Solidária Indígena do Mato Grosso do Sul. O Seminário ocorreu em fevereiro deste ano e teve como objetivo a divulgação da Economia Solidária e realização do diagnóstico dos aspectos e desafios da comercialização, dos empreendimentos e grupos indígenas no MS. No que se refere às comunidades indígenas sul-mato-grossense, destaca-se a dificuldade da comercialização diante da ausência de estrutura, armazenamento, transporte, divulgação e valoração. (UBEE, 2011).

Portanto, através do exemplo da iniciativa econômica sustentável da Aldeia Terena, percebe-se os inúmeros entraves enfrentados pelos povos indígena e o quanto é importante a sociedade nacional estar munida de informações verídicas e se sensibilizar a cerca da situação em que essas populações se encontram. Assim, cabe ao Governo a tarefa de realizar políticas públicas positivas e eficientes, baseadas no diálogo e na igualdade de discursos, para que possa atender as reais necessidades dos povos indígenas e junto com eles traçar as mudanças.

3. PLANO DE ATIVIDADES

3.1 Revisão Bibliográfica

Antes de desempenhar as funções de estagiária do Projeto Iniciativas Econômicas Sustentáveis e Indígenas do Cerrado foi necessário realizar uma revisão bibliográfica a cerca do próprio projeto. No qual consistia no Diagnóstico realizado pela antropóloga Daniela Lima e no Edital Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena feito pela A Casa Verde.

3.2 Levantamento e sistematização de informações acerca da VIII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA.

A VIII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, organizada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), fornece maior visibilidade à agricultura familiar, comunidades tradicionais e a reforma agrária, através da exposição e comercialização de seus produtos. (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011)

O evento aconteceria em 30 de novembro a 04 de dezembro de 2011 na Praça do Povo em Brasília. Mas os organizadores, devido a motivos de força maior, adiaram para o primeiro semestre do ano de 2012. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2011), será norteada pelo seguinte tema:

“Um país rico se faz com agricultura familiar fortalecida [por meio de políticas públicas adequadas ao seu perfil], diversificada [respeito à biodiversidade e sustentabilidade nos sistemas produtivos] e organizada [ênfase no apoio inclusão produtiva e a participação no processo de desenvolvimento sustentável do país].”

A partir da Carta de Convocação do MDA, foi possível listar a documentação necessária para a participação na Feira: carteira do artesão, Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP e nota fiscal avulsa. De acordo com a SEBRAE, não existe uma padronização nacional para obter a carteira de artesão. Cada estado define o órgão emissor da carteira, assim como as regras para sua obtenção e os benefícios. Como por exemplo, em alguns estados tem-se a isenção de ICMS. Já o Pronaf, segundo o

INCRA (2011), é um programa que apóia o desenvolvimento rural, ajuda no fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. Assim, possui linhas de créditos que financiam atividades agropecuárias e não agropecuárias e que são exploradas através do emprego direto da mão de obra do produtor rural e de sua família. Por sua vez, a DAP é capaz de identificar os beneficiários do Pronaf como habilitados a fazer operações de crédito rural ao amparo do Programa.

Em seguida, ocorreu o auxílio aos representantes indígenas da Aldeia Terena e Krahô, na aquisição da documentação. No qual consistia em ligações para a Prefeitura de Miranda, na Fundação da Cultura e na Agência de Atendimento de Campo Grande. Na região de Tocantins, foram feitas ligações para a Prefeitura Itacajá e para a Agência de Atendimento em Palmas. Por seguinte, as informações foram sistematizadas e repassadas para Edvaldo e Agnaldo – representantes indígenas das regiões – por telefone e também encaminhadas por e-mail. Além de ter um acompanhamento com o intuito de estar orientado e sanando as dúvidas em relação à aquisição dos documentos.

3.3 Aquisição do Selo da Agricultura Familiar para os artesãos.

Por meio da Portaria MDA N°45 de 28 de Julho de 2009, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF) com o intuito de identificar os produtos da agricultura familiar e torná-la mais visível. (Secretaria da Agricultura Familiar, 2011).

O processo de obtenção do selo consiste no preenchimento da carta de solicitação e do requerimento. Neles devem conter os dados do solicitante e de sua produção, como o nome completo, CPF, endereço, telefone, e-mail, Declaração de Aptidão ao Pronaf, nomes dos produtos e como eles são apresentados no mercado. Além de anexar a estes documentos o extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Em seguida, deve ser enviados à Secretaria da Agricultura Familiar e esperar o resultado no prazo máximo de 60 dias.

3.4 Levantamento e sistematização de informações acerca do IFB de Aquidauana e Planaltina - DF.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) e O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) estão incluídos no programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Ministério da Educação (MEC). Ambos possuem a missão de “oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável”. (Instituto Federal de Brasília, 2009, p.10).

O IFB possui hoje o *Campus* Planaltina, Brasília, Taguatinga, Gama e Samambaia. Entretanto, a área interessante para a Aldeia Terena concentra-se no Campus Planaltina devido ao fato de os cursos técnicos oferecidos focarem prioritariamente nos setores de agropecuária e agroindústria. Além do fato de oferecerem residência dentro do campus. Especificadamente, os cursos técnicos são: Técnico em Agroindústria e Técnico em Agropecuária – Subseqüente ou Integrado.

O IFMS está descentralizado nos *Campus* de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas. Devido à proximidade com Miranda, cidade onde se encontra a aldeia dos Terena, o Campus escolhido foi de Aquidauana. No qual oferta o Curso Técnico em Edificações e Curso Técnico em Informática.

Então, ciente de que a formação e a capacitação são de suma relevância para a qualificação dos jovens, A Casa Verde, Cultura e Meio Ambiente tem o intuito de auxiliar alguns integrantes da aldeia a realizar esses cursos técnicos. Deve-se deixar claro o fato de que é o Conselho de Aldeias da Terra Indígena Cachoeirinha quem irá deliberar sobre a pertinência do ingresso dos jovens indígenas nos cursos oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul quanto de Brasília. Caso, a resposta seja positiva, o próprio Conselho irá indicar quem irá realizar tais cursos. Assim, foi realizado o levantamento e sistematização das informações acerca dos cursos oferecidos, formas de ingresso e

documentações necessárias. Após isto, foi repassado por e-mail ao representante da aldeia – Agnaldo. A expectativa é de que o Conselho de Aldeias da TI Cachoeirinha delibere sobre a pertinência do ingresso de jovens indígenas nos cursos oferecidos pelo IFB e, em caso positivo, indique quais serão os jovens.

3.5 Digitalização de processos indígenas.

A digitalização de processos indígenas é de suma importância, na medida em que conservam, preservam e tornam mais acessíveis para a sociedade. Esses registros são ricas fontes de informações que preservam a memória histórica e cultural indígena, tanto no que tange ao seu território e a questão socioeconômico-cultural. Assim, servem de base para realizações de estudos e análises acerca da população indígena

Pode-se perceber essa grande relevância na prática. Como a Gestão Ambiental em Terras Indígenas (GAT) da FUNAI, na qual incluiu somente trinta e duas terras indígenas para que pudesse concorrer com seus projetos na Carteira indígena. Sendo que um desses territórios é o dos Povos Terena. Entretanto, para que a FUNAI consiga implementar o projeto via o GAT é preciso que se tenha antes um panorama das questões ambientais, sócio-econômicos e territorial, que foi obtido através da digitalização de processos indígenas. Isso com o intuito de conhecer a situação pela qual os povos indígenas se encontram. (Grupo Focal, 2011).

Então, ocorreu um apoio à antropóloga Daniela Lima, que prestou consultoria a FUNAI com o intuito de que esses processos pudessem ocorrer nessas terras indígenas selecionadas. Além de ajudar A Casa Verde a reconhecer uma oportunidade dentro da carteira indígena, ou seja, como consequência dessa articulação maior foi possível realizar o Projeto da Casa Farinheira, que ainda está em análise.

3.6 Monitoramento dos agentes indígenas

De acordo com a definição dada por Melo (2008), pode-se dizer que o monitoramento trata-se do processo de coleta, análise e sistematização de informações e de verificação do andamento da ação. Assim, o monitoramento baseou-se no levantamento de informações e sistematização acerca da VIII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, posteriormente no auxílio aos representantes indígenas da Aldeia Terena e Krahô na aquisição da documentação.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste relatório e nas atividades desenvolvidas na organização não governamental A Casa Verde Cultura e Meio Ambiente foi o método qualitativo, no qual é possível analisar uma realidade externa com objetividade, estabelecendo relações de causa e efeito. (apud HAYATI et al.;TERENCE; FILHO, 2006). Contribuindo para a ampliação do conhecimento e constituindo-se numa base confiável. (RODRIGUES, 2007).

No estágio, o método utilizado foi o monitoramento. De acordo com Melo (2008), pode-se dizer que o monitoramento trata-se do processo de coleta, análise e sistematização de informações e de verificação do andamento da ação. Além da revisão bibliográfica a cerca do projeto “Iniciativas Econômicas Sustentáveis Indígenas do Cerrado”, da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA, do Selo da Agricultura Familiar, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).

No âmbito do relatório foram usufruídos três instrumentos que são a revisão bibliográfica, estudo de caso e grupo focal.

Pelo método revisão bibliográfica e com o objetivo exploratório, teve-se por finalidade fornecer informações a cerca dos povos indígenas. No qual foi baseado no levantamento de literatura e revisão de textos. Especificadamente, no que se referem às suas iniciativas econômicas sustentáveis, suas diversidades culturais, sociais e históricas, suas relações com o Governo Nacional e na Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena. Foi de suma importância relatar todos esses temas devido ao fato de serem interdependentes, possibilitando a identificação de fatores determinantes para a ocorrência das dificuldades enfrentadas nas suas produções sustentáveis.

Já o estudo de caso diz respeito a descrições complexas e holísticas de uma realidade, que se baseia em um grande conjunto de dados coletados de múltiplas fontes. No qual aumenta a compreensão de um fenômeno. (apud STAKE, In

DENZIN e LINCOLN; CESAR, 2005). De acordo com Yin (2001) *apud* Cesar (2005), o projeto de pesquisa possui três fases. A primeira diz respeito à escolha do referencial teórico sobre o que se pretende trabalhar, a seleção dos casos e desenvolvimento de protocolos para a coleta de dados. A segunda é a condução do estudo de caso, com a coleta e análise de dados, culminando com o relatório do caso. A última refere-se à análise dos dados obtidos à luz da teoria selecionada, interpretando os resultados. O estudo de caso torna-se bastante relevante para o relatório, pois demonstra na prática a situação crítica em que os povos indígenas se encontram. Principalmente, dos Povos Terena por ser os mais vulneráveis dentre os quatro povos assistidos pelo projeto Iniciativas Econômicas Sustentáveis Indígenas.

Já o grupo focal remete-se à geração e análise da interação entre participantes, na qual não se pergunta as mesmas questões para cada integrante do grupo. (BARBOUR, 2009). Ou seja, trata-se de qualquer discussão de grupo orientada por um pesquisador que ao mesmo tempo esteja atento às interações e as estimulem. (*apud* KITZINGER e BABOUR; BABOUR, 2009). O grupo focal ocorreu no escritório da ONG, no qual tinha como integrantes as antropólogas Daniela Lima e Mônica Nogueira, além da pesquisadora Carolina Radica. Com este método foi possível aprofundar sobre o tema indígena, especialmente sobre o Povo Terena. Visto que a existe certa dificuldade de encontrar bibliografias tão minuciosas acerca deste assunto.

5. ANÁLISE

Apesar da ausência desse conhecimento por parte da sociedade brasileira está enraizada num descaso histórico do Governo, é preciso reunir esforços para aniquilar esse pensamento colonialista. Assim, o presente relatório representa um instrumento capaz de fornecer a real compreensão da condição em que se encontram as populações indígenas, que mediante as análises, descrições e considerações, torna o brasileiro mais sensível às características e peculiaridades dos povos indígenas.

Pois, a verdadeira proteção aos índios brasileiros somente se dará a partir do momento em que houver o reconhecimento do seu diferencial cultural, e por conseguinte, a efetiva garantia dos seus direitos. Assim, refletindo também no maior incentivo e apoio por parte do Governo Federal das práticas sustentáveis a fim de garantir retorno econômico para suprir suas necessidades e ao mesmo tempo manter o equilíbrio ecológico dos territórios indígenas.

Infelizmente, é sabido que a questão indígena nunca foi e continua não sendo um dos assuntos prioritários na agenda social do Estado. Ainda há um caminho árduo a percorrer para que se tenha uma relação de respeito mútuo entre o Governo, os povos indígenas e a sociedade.

Nesse contexto, as organizações não governamentais assumem papel de suma relevância na medida em que suprem essas demandas sociais ignoradas pelo Estado. Especialmente, A Casa Verde Cultura e Meio Ambiente que dentro de seu Projeto Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena – “Iniciativas Econômica e Sustentáveis Indígenas do Cerrado” desenvolve um trabalho importantíssimo. Já que além de fortalecer as iniciativas econômicas sustentáveis, geram informações riquíssimas que dão maior visibilidade a esses povos. Assim, fazendo a sua parte rumo ao desenvolvimento sustentável justo baseado na dignidade da pessoa humana.

Entretanto, não se pode esquecer das inúmeras barreiras que A Casa Verde – cultura e meio ambiente encontrou. A primeira dificuldade é o fato de lidar com os recursos públicos devido à enorme burocracia, o que se torna quase impossível no âmbito indigenista. Justamente porque as demandas destes povos não dão conta de atender a tanta regras estatais, como por exemplo, na compra de uma carroça não existe um comprovante ou uma nota fiscal de que foi realizada aquela compra. O dinheiro público só consegue atender serviços e materiais de consumo. Também tem a questão da não aceitabilidade de imprevistos que surgem com esse público, já que o governo age como se as organizações não governamentais tivessem fundos próprios. Entretanto, as ONGs não possuem recursos. Outro problema foi decorrente da ousadia de trabalhar com 04 povos indígenas, nos quais são grupos bem distintos no tocante cultura, sócio-econômico, linguagem e estão situados em locais distantes entre si. Além do fato de que quando um povo não tem mais agenda disponível para o projeto compromete todo o trabalho. Todas essas diferenças implicam na necessidade de uma relação diferenciada para cada um, o que remete a mais metodologias que variam de acordo com a lógica de percepção deles para com A Casa Verde. Esta conjuntura complexa foge do padrão. Entretanto, o governo não enxerga as peculiaridades e tenta enquadrá-la dentro de um marco legal, o que é errôneo. Por fim, o terceiro impedimento está relacionado ao preconceito para com os povos indígenas. Ou seja, diz respeito à necessidade de mudar a ótica da sociedade sobre os índios e seus produtos. No qual se deve considerar a complexidade de se colocar uma visão estrita de mercado e em que medida e como deve ocorrer a qualificação dos povos indígenas para que não ocorra uma interferência negativa em suas culturas. Isto é, trata-se de um equilíbrio muito delicado. Pois, trabalha-se numa zona cinza já que não se sabe ao certo as conseqüências. Por isso, se deve considerar de suma relevância as demandas e refleti-las com o intuito de não acarretar em ações ingênuas. (Grupo Focal, 2011).

6. CONCLUSÃO

Em suma, a população indígena contemporânea está fadada ao confinamento territorial, ao conseqüente sedentarismo e a escassez dos recursos naturais. Assim, a maneira de usufruir do solo e de seus recursos não é mais capaz de garantir a sustentabilidade do sistema produtivo.

Diante do quadro em que se encontram, fica claramente perceptível uma inconsistência com a Constituição Federal, que alega no parágrafo primeiro do artigo 231 que:

“são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis á preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus costumes e tradições.”

Lembrando que o cenário legislativo possui inúmeros argumentos contra os indígenas, principalmente advindos de grandes representantes de agronegócio, empresas de mineração, ministros de Estados e outras pessoas com alto poder político. Na qual os vêem como obstáculos ao “desenvolvimento”. Demonstrando friamente o regime de preconceito em que são norteadas as relações entre o Estado e povos indígenas. (LIMA, 2010). Infelizmente, esse pensamento limitado da sociedade brasileira obstrui a ocorrência de mudanças significativas. Interferindo de forma negativa nas iniciativas econômicas sustentáveis e, conseqüentemente, nas condições de vida dos povos indígenas.

7. REFERÊNCIAS

A CASA VERDE CULTURA E MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.a-casa-verde.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=64:historia&catid=34&Itemid=65> Acessado em 11 out. 2011.

A CASA VERDE CULTURA E MEIO AMBIENTE. **Edital Ater Indígena/MDA – Projeto: Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado**. Brasília, 2009

ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. O índio sabe, o índio faz: Os dilemas da participação indígena nas políticas públicas. In: SOUZA, Cássio Noronha Inglez de ET al. (Org). **Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, 2010, p.177 – 185.

ARAÚJO, André Luis de O. Contribuições a uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Indígena. In: ARAÚJO, André Luis de O.; VERDUN, Ricardo (orgs.). **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade**. Brasília: NEAD/SAF, 2010, p.55 – 89.

AZANHA; Gilberto. **As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul**. In: FUNAI, Revista de Estudos e Pesquisas. Brasília, 2005, v.2, n.1, p.61-111. Disponível em < http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/REP2-1/cap_03.pdf > Acesso em 19 out. 2011.

BARBOUR, Rosaline S. **Grupos focais**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BORGES, Dinah Rodrigues; ROCHA, Francisco Ralph Martins da. Reinventado Tradições em busca de Soberania Alimentar. In: ARAÚJO, André Luis de O.; VERDUN, Ricardo (orgs.). **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade**. Brasília: NEAD/SAF, 2010, p.117 – 130.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vade Mecum. 6ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2008

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. **Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração**. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf> Acesso em: 29 nov. 2011.

FERRARI, Silvia Helena de Souza. A Experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: uma Visão do Gestor da Política. In: ARAÚJO, André Luis de O.; VERDUN, Ricardo (orgs.). **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade**. Brasília: NEAD/SAF, 2010, p.91– 114.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Paz e Terra, 7ª Edição. Rio de Janeiro, 1983.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; KAWAKUBO, Fernando Shinji. **Povos Indígenas Do Cerrado, Territórios Ameaçados: Terras Indígenas Xavante de Sangradouro/Volta Grande e São Marcos**. São Paulo: AGRÁRIA, 2006, p.16 – 46. Disponível em: < [http://www.geografia .fflch .usp.br / ver_istaagraria /revistas/ 3/2 _go_mide_e_kawakubo.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/ver_istaagraria/revistas/3/2_go_mide_e_kawakubo.pdf)> Acessado em 11 out. 2011.

Instituto Brasileiro de Educação e Ensino – IBEE. Relatório: **I Seminário Estadual de Economia e Comercialização Solidária Indígena do Mato Grosso do Sul**, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 – 2013**. Disponível em < http://www.ifb.edu.br/attachments/006_2010410103211319pdi_2009-2013_ifb.pdf> Acesso em 20 de out. 2011.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sr01/portal/index.php?option=com_content&view=categor y&layout=blog&id=301&Itemid=316> Acesso em: 29 nov. 2011.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Povos Indígenas no Brasil Contemporâneo: De tutelados a “organizados?” In: SOUZA, Cássio Noronha Inglez de ET al. (Org). **Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, 2010, p.7 – 14.

LIMA, Daniela. Projeto Ater Indígena – “Iniciativas Econômicas Sustentáveis nas Terras Indígenas do Cerrado”, **Diagnóstico**. Brasília, 2010.

MELO, Glória Maria da Silva. **Monitoramento e Avaliação**. Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Mato Grosso, 2008. Disponível em: < [http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:GDcQnlcJ_jMJ:www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_9313ef446d079689ca8aeca7d9d8e530AVALIAcao%252E%2520MONITORAMENTO.ppt+Melo+\(2008\),+monitoramento+processo+de+cole ta,+an%C3%A1lise+e+sistemiza%C3%A7%C3%A3o+de+informa%C3%A7%C3%B5es+e+de+verifica%C3%A7%C3%A3o+do+andamento+da+a%C3%A7%C3%A3o.&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShCfAsMVqQvgDxxrXsbT9xi8t N3yNAQQ3XD8SaNWjs4J0rYk1pkfpVZDJkZOAjrGxvXGTFxmjhiECii_YTgxYnPI AjD MwHwGV7MnbV-GKxCmLJIDLnxJOnQ6eFg-oK_qCEWhSxt&sig=AHIEtbQzAYT WWfmqAas5C2zc p5ZeF9VKZA](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:GDcQnlcJ_jMJ:www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_9313ef446d079689ca8aeca7d9d8e530AVALIAcao%252E%2520MONITORAMENTO.ppt+Melo+(2008),+monitoramento+processo+de+cole ta,+an%C3%A1lise+e+sistemiza%C3%A7%C3%A3o+de+informa%C3%A7%C3%B5es+e+de+verifica%C3%A7%C3%A3o+do+andamento+da+a%C3%A7%C3%A3o.&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShCfAsMVqQvgDxxrXsbT9xi8t N3yNAQQ3XD8SaNWjs4J0rYk1pkfpVZDJkZOAjrGxvXGTFxmjhiECii_YTgxYnPI AjD MwHwGV7MnbV-GKxCmLJIDLnxJOnQ6eFg-oK_qCEWhSxt&sig=AHIEtbQzAYT WWfmqAas5C2zc p5ZeF9VKZA)> Acesso em 21 out. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **VIII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA**. Brasília, 2011.

Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC. Artigo - Revista Cultural Survival. **Povos Indígenas do Cerrado: Territórios e Culturas Ameaçadas**, sem data.

Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC. **Carta dos Povos Indígenas do Cerrado: Aldeia Cachoeirinha-TI Terena, Miranda – MS**, 2007.

PAULA, Luís Roberto de. Povos indígenas e o “mercado de projetos”: Desafios para o controle social de convênios e contratos. In: SOUZA, Cássio Noronha Inglez de ET al. (Org). **Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, 2010, p.187 – 200.

PERACI, Adoniram Sanches. Apresentação. In: ARAÚJO, André Luis de O.; VERDUN, Ricardo (orgs.). **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade**. Brasília: NEAD/SAF, 2010, p.9 – 12.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro. Paracambi, 2007. Disponível em: <http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf> Acesso em 24 out. 2011.

SANTANA, Edilson. **Filosofar é preciso**. DPF Editora. São Paulo, 2007.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – **Selo da Agricultura Familiar**. Disponível em < http://www.mda.gov.br/portalsaf/programas/Selo_da_A/3698049> Acesso em 20 de out. 2011.

SOUZA, Cássio Noronha Inglez de. Perspectiva indígena sobre projetos, desenvolvimento e povos indígenas. Entrevista com Valéria Paye Pereira Kaxuyana e Euclides Pereira Macuxi. In: SOUZA, Cássio Noronha Inglez de ET al. (Org). **Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, 2010, p.201 – 233.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão de Ongs: principais funções gerenciais**. Fundação Getúlio Vargas, 9º Edição. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=S1Vr3scF8W0C&oi=fnd&pg=PA7&dq=organiza%C3%A7%C3%B5es+n%C3%A3o+governamentais+defini%C3%A7%C3%A3o&ots=irr2hSBI sP&sig=P7_CnF3Hf nJoaNEhpxW0RYA-3IA#v=onepage&q=organiza%C3%A7%C3%B5es%20n%C3%A3o%20governamentais%20defini%C3%A7%C3%A3o&f=false> Acesso em 12 out. 2011.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; FILHO, Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. Ceará, 2006. Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf > Acesso em 24 out. 2011.